



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	13861.000088/2003-22
<b>Recurso nº</b>	000.001 De Ofício
<b>Acórdão nº</b>	<b>1401-000.977 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	09 de maio de 2013
<b>Matéria</b>	estimativas
<b>Recorrente</b>	FAZENDA NACIONAL
<b>Interessado</b>	COPEBRÁS LTDA

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

Ano-calendário: 1998

ESTIMATIVAS. LANÇAMENTO APÓS ENCERRADO O ANO-CALENDÁRIO.

As estimativas se caracterizam como antecipação do imposto que será apurado ao final do ano calendário pelo que, encerrado o mesmo, não há que se falar em lançamento dos valores que deixaram de ser recolhidos a tal título. Isso porque os valores pagos a título de estimativas são absorvidas pelo ajuste anual, não podendo seu pagamento ser demandado após o encerramento do ano-calendário.

Recurso de ofício negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício.

*(assinado digitalmente)*

Jorge Celso Freire da Silva

*(assinado digitalmente)*

Alexandre Antonio Alkmim Teixeira

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Jorge Celso Freire da Silva (Presidente), Alexandre Antonio Alkmim Teixeira, Antonio Bezerra Neto, Fernando Luiz Gomes de Mattos, Marcos Vinicius Barros Ottoni e Mauricio Pereira Faro. Ausente justificadamente, a Conselheira Karem Jureidini Dias.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 22/05/2013 por ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA, Assinado digitalmente em 04/06/2013 por JORGE CELSO FREIRE DA SILVA, Assinado digitalmente em 22/05/2013 por ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA

Impresso em 25/06/2013 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

## Relatório

Trata o presente feito de recurso de ofício contra a decisão da DRJ de Brasília que cancelou auto de infração lavrado para cobrança de estimativas de IRPJ que deixaram de ser recolhidas durante o ano calendário 1998.

A decisão restou assim ementada:

*IRPJ. DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. INCONSISTÊNCIAS. LANÇAMENTO. ESTIMATIVAS MENSAIS.*

*Nos termos da SCI nº 18, de 13 de outubro de 2006, os débitos de estimativas declaradas em DCTF devem ser utilizados para fins de cálculo e cobrança da multa isolada pela falta de pagamento e não devem ser encaminhados para inscrição em Dívida Ativa da União.*

*Na hipótese de falta de pagamento ou de compensação considerada não declarada, os valores dessas estimativas devem ser glosados quando da apuração do imposto a pagar ou do saldo negativo apurado na DIPJ, devendo ser exigida eventual diferença do IRPJ ou da CSLL a pagar mediante lançamento de ofício, cabendo a aplicação de multa isolada pela falta de pagamento de estimativa.*

Tendo sido exonerado valores superiores ao limite legal, o presente feito foi submetido à apreciação deste CARF por meio do recurso de ofício.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Alexandre Antonio Alkmim Teixeira, relator:

O recurso de ofício preenche o requisito legal e dele conheço.

O julgamento proferido pela DRJ de Brasília é irretocável.

De fato, as estimativas se caracterizam como antecipação do imposto que será apurado ao final do ano calendário pelo que, encerrado o mesmo, não há que se falar em lançamento dos valores que deixaram de ser recolhidos a tal título. Isso porque os valores pagos a título de estimativas são absorvidas pelo ajuste anual, não podendo seu pagamento ser demandado após o encerramento do ano-calendário

Diante do exposto, entendo deva ser negado provimento ao recurso de ofício.

É como voto.

*(assinado digitalmente)*

Alexandre Antonio Alkmim Teixeira